

ATA DA 062ª SESSÃO ORDINÁRIA DA  
3ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 17ª LEGISLATURA  
REALIZADA EM 06 DE AGOSTO DE 2013  
PRESIDÊNCIA DO SENHOR DEPUTADO JOARES  
PONTICELLI

Às 14h, achavam-se presentes os seguintes srs. deputados: Aldo Schneider - Ana Paula Lima - Angela Albino - Antônio Aguiar - Carlos Chiodini - Ciro Roza - Dado Cherem - Dirce Heiderscheidt - Dóia Guglielmi - Edison Andrino - Gelson Merisio - Gilmar Knaesel - Ismael dos Santos - Jailson Lima - Jean Kuhlmann - Joares Ponticelli - Jorge Teixeira - José Milton Scheffer - José Nei Ascari - Kennedy Nunes - Manoel Mota - Marcos Vieira - Maurício Eskudlark - Mauro de Nadal - Moacir Sopelsa - Narcizo Parisotto - Neodi Saretta - Nilson Gonçalves - Padre Pedro Baldissera - Renato Hinnig - Reno Caramori - Romildo Titon - Sargento Amauri Soares - Serafim Venzon - Silvio Dreveck - Taxista Voltolini - Valmir Comin - Volnei Morastoni.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Joares Ponticelli) - Havendo quórum regimental e invocando a proteção de Deus, declaro aberta a presente sessão.

Solicito ao sr. secretário que proceda à leitura da ata da sessão anterior.

(É lida e aprovada a ata.)

Solicito à assessoria que distribua o expedientes aos srs. deputados.

A Sra. Deputada Ana Paula Lima - Pela ordem, sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Joares Ponticelli) - Com a palavra, pela ordem, a sra. deputada Ana Paula Lima.

A SRA. DEPUTADA ANA PAULA LIMA - Primeiramente, sr. presidente, gostaria de agradecer à comunidade do alto vale do Itajaí por ter vindo a este plenário prestigiar o deputado Taxista Voltolini pela sua posse.

Também gostaria de agradecer a presença, nesta Casa, do prefeito Paulo Eccel, do município de Brusque que completou 153 anos no último dia 4 de

agosto e que está com uma extensa programação de festejo.

O referido prefeito veio a esta Casa convidar todos os parlamentares e o público catarinense para participarem de um evento que irá acontecer no espaço cultural desta Casa, ou seja, do lançamento do livro "150 anos - Sesquicentenário de Brusque", agora numa edição em alemão, a partir das 19h.

Muito obrigada!

O SR. PRESIDENTE - (Deputado Joares Ponticelli) - Muito obrigado, deputada Ana Paula Lima.

Esta Presidência registra e agradece a presença do querido amigo que já trabalhou nesta Casa e que deixou muitos amigos aqui. Ele faz falta ao Parlamento catarinense, mas está realizando agora um grande governo por Brusque e sua gente. Por isso saudamos com muita alegria o querido prefeito Paulo Eccel. Mas hoje à noite estaremos com v.exa. e com os demais amigos de Brusque, participando desse importante momento.

Srs. deputados, há, proporcionalmente, uma grande presença feminina neste plenário, considerando que há quatro deputados e três deputadas neste momento. Por isso, nossos cumprimentos à bancada feminina pela presença de 75% do seu corpo já no início da sessão.

Na sequência, ao mesmo tempo em que queremos saudar todos os amigos, colaboradores e sonhadores, juntamente com essa criatura humana tão extraordinária que é o deputado Taxista Voltolini, esta Presidência chama a atenção das sras. deputadas e dos srs. deputados para observarem que inauguraremos, a partir deste momento, um novo serviço da TVAL à sociedade catarinense, especialmente aos 2% de catarinenses que representam a população surda, deputadas Ana Paula Lima, Angela Albino e Dirce Heiderscheidt, serviço este aguardado há muito tempo.

Havia, aproximadamente, no estado 180 mil catarinenses surdos que não tinham possibilidade de acompanhar os trabalhos, os debates desta Casa. Então, numa parceria proposta entre a comissão tão

bem capitaneada e comandada pelo deputado José Nei Ascari e a Fundação Catarinense de Educação Especial - FCEE -, a presidente Rose Bartucheski estará amanhã aqui conosco - ela só não veio hoje porque está, neste momento, prestigiando a posse do professor Maurício Fernandes Pereira, que assumirá um novo mandato no Conselho Estadual de Educação - para falar dessa parceria entre a Assembleia Legislativa e a fundação que permitirá a intérpretes dessa fundação, a partir de hoje, fazer a tradução e a interpretação de todas as sessões ordinárias da Assembleia Legislativa.

Estão conosco hoje os intérpretes Vanessa Paula Rizotto, João Batista de Oliveira Neto e Arlei dos Santos, que já estão fazendo a tradução da sessão neste momento, deputado Sargento Amauri Soares, nessa parceria que inauguramos hoje. O Hino Nacional e o Hino de Santa Catarina já foram interpretados pela Rute Freitas de Souza, que fez a gravação hoje, e as sessões ordinárias terão, em um primeiro momento, essa tradução todas terças-feiras e quartas-feiras à tarde e na quinta-feira pela manhã.

Na medida do possível iremos ampliar essa parceria, mas isso depende também da Fundação Catarinense de Educação Especial. E queremos estender esse serviço da nossa TVAL também às demais atividades do Parlamento catarinense.

Deputado José Nei Ascari, v.exa., juntamente com os seus pares, tem feito, na comissão de Defesa dos Direitos da Pessoa com Deficiência, um trabalho extraordinário de inclusão, tem orientado a Mesa Diretora desta Casa no sentido de ampliar cada vez mais os trabalhos que foram inaugurados muito fortemente a partir da gestão do ex-presidente Julio Garcia, aos quais têm sido dado continuidade pelos demais presidentes deste Poder, dando condições de inaugurarmos e colocarmos à disposição esse serviço a esses quase 200 mil catarinenses surdos. Isso é fazer cidadania, é promover inclusão, é permitir que mais quase 200 mil catarinenses possam nos fiscalizar exercendo o seu direito pleno à democracia.

Quero cumprimentar v.exa. e também os integrantes da referida comissão, que foram os que provocaram a Mesa Diretora, deputado Romildo Titon. E, em nome da Mesa Diretora, quero agradecer pela iniciativa e agradecer à Fundação Catarinense de Educação Especial pela parceria.

O Sr. Deputado José Nei Ascari - Peço a palavra, pela ordem, sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Joares Ponticelli) - Com a palavra, pela ordem, os sr. deputado José Nei Ascari.

O SR. DEPUTADO JOSÉ NEI ASCARI - Quero, na verdade, cumprimentá-lo rapidamente, presidente deputado Joares Ponticelli, pela sua tamanha sensibilidade. As pessoas com deficiência encontraram na Mesa Diretora desta Casa, sob o seu comando, um terreno muito fértil para poderem avançar em suas conquistas, que são muito importantes.

Na verdade, esta Casa está dando, nos últimos anos, deputada Ana Paula Lima, uma grande contribuição, sendo que o grande marco foi a Lei Julio Garcia, destinando 1% do Fundo Social para as quase 200 Apaes distribuídas em Santa Catarina. E sob a Presidência do deputado Gelson Merisio, criamos a comissão dos Direitos da Pessoa com Deficiência, que tem procurado interagir estabelecendo parcerias com várias entidades já consolidadas e instituídas em Santa Catarina. Cito o Ministério Público, a Fundação de Educação Especial, a Federação Catarinense das Apaes, o Instituto Guga Kuerten que realiza, neste momento, um curso de cuidadores em parceria com a Assembleia Legislativa, a Associação Catarinense para Integração dos Cegos e com muitas outras instituições que interagem com essa comissão, buscando sempre solução para os problemas que são realmente grandes.

Mas é importante registrarmos os avanços que conseguimos até agora. Neste ano, já aprovamos aqui uma lei que assegura, por exemplo, deputado Mauro de Nadal, prioridade na tramitação dos processos, sejam eles judiciais ou administrativos, que figurem como parte pessoa com

deficiência. Também lançamos neste ano um livro contendo, sr. presidente deputado Joares Ponticelli, e v.exa. deu todo o apoio para isso, toda a legislação aprovada no Parlamento catarinense que diz respeito aos direitos da pessoa com deficiência.

Nós aprovamos aqui também, e foi um dos destaques do primeiro semestre deste ano de 2013, a lei que define as políticas públicas voltadas à pessoa com autismo em Santa Catarina. Ela foi um avanço importante para esse segmento.

No final do semestre aprovamos aqui, sob o seu comando, presidente, e com toda a compreensão da Mesa, o projeto de resolução do Programa Alesc Inclusiva que, de acordo com a nossa expectativa, irá, a partir de agosto, contratar os primeiros estagiários com deficiência para integrar o corpo de servidores do Parlamento catarinense.

Hoje, seguramente, é um dia histórico, uma data memorável, porque esse é também um sonho acalentado há muito tempo pelos surdos - v.exa. citou aqui que são quase 180 mil espalhados por Santa Catarina -, que agora também têm a oportunidade de acessar os trabalhos desta Casa, pelo menos nesse primeiro momento as sessões que acontecem no plenário.

Parabéns a v.exa., presidente, e a todos os integrantes da Mesa Diretora pela grande sensibilidade. Eu acho que a contribuição que este Parlamento dá a essas pessoas especiais em Santa Catarina vai fazer seguidores. Esse é um exemplo que, tenho certeza, será seguido por outros órgãos públicos, para que possamos, irmanados, numa grande ação, levar uma melhor perspectiva de vida para essa população.

Parabéns e obrigado!

O SR. PRESIDENTE (Deputado Joares Ponticelli)  
- Muito obrigado, deputado José Nei Ascari.

Amanhã, como disse, abriremos um espaço de dez minutos para que a nossa competente e dedicada presidente da Fundação Catarinense de Educação Especial, a companheira Rose Bartucheski, possa fazer aqui uma explanação sobre essa parceria e

outras que a Assembleia mantém com aquela importante fundação.

O Sr. Deputado Nilson Gonçalves - Pela ordem, sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Joares Ponticelli) - Com a palavra, pela ordem, o deputado Nilson Gonçalves.

O SR. DEPUTADO NILSON GONÇALVES - Quero pedir desculpas aos estreantes que no dia de hoje estão trabalhando com sinais, porque não me toquei disso, e na hora em que li as atas disparei a falar que até parecia que estava narrando um jogo de futebol. Eles devem ter ficado assustados, pensando que será sempre assim. Eu disparei e quero pedir desculpas porque não foi proposital, foi simplesmente por querer adiantar os trabalhos.

Por outro lado, sr. presidente, aproveito a oportunidade para comunicar aqui o falecimento do ex-diretor-geral da SDR de Joinville, que também prestou serviço no Porto de São Francisco do Sul, o engenheiro Fernando José Camacho, sendo que o velório acontecerá a partir das 17h de hoje e o sepultamento amanhã, às 9h.

Comunico, então, com bastante pesar, o falecimento do engenheiro Fernando José Camacho, porque todos do meio político, principalmente os da nossa região, o conheciam e o admiravam pela sua forma técnica de trabalhar e a sua qualidade. Fica aqui, então, o registro nesta Casa do seu falecimento.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Joares Ponticelli) - Muito obrigado, deputado Nilson Gonçalves!

Passaremos às Breves Comunicações.

Com a palavra o primeiro orador inscrito, e nem poderia ser diferente, o nosso estreante, que começou os trabalhos já na quinta-feira, mas hoje, oficialmente, o nosso querido amigo deputado Taxista Voltolini, por até dez minutos.

O SR. DEPUTADO TAXISTA VOLTOLINI - (Passa a ler.)

"Saúdo o sr. deputado Joares Ponticelli, presidente da Assembleia do Estado de Santa Catarina, e os demais componentes da Mesa; saúdo aqui também o governador Raimundo Colombo.

Sras. deputadas e srs. deputados, é com muita alegria e satisfação que assumo, neste dia, uma cadeira na Assembleia Legislativa representando o PPS.

Inicialmente, quero agradecer a Deus, à minha família, que sempre esteve do meu lado.

Agradeço ao deputado Altair Guidi, aos suplentes Sandro Silva e Claudir Maciel, por permitirem que eu ocupe uma cadeira nesta Casa.

Quero fazer um agradecimento especial aos eleitores do médio vale e de toda Santa Catarina, que confiaram em mim.

Aos amigos e autoridades que aqui me prestigiam nesta data.

Agradeço também ao Sindicato dos Taxistas do Estado de Santa Catarina e à categoria, que me orgulho de representar.

Agradeço a toda imprensa de Santa Catarina e a todas as pessoas que compareceram neste ato, participando da minha alegria.

Quero, por fim, registrar, sr. presidente, sras. deputadas e srs. deputados, o meu orgulho e a minha satisfação por, pela segunda vez, exercer, como taxista, o mandato de deputado estadual em Santa Catarina, o que certamente também é motivo de alegria da classe que represento e defendo.

Neste período, quero estar presente em todas as sessões, participar ativamente dos trabalhos legislativos.

Nos próximos 60 dias certamente irei apresentar indicações, projetos, visando o interesse da grande comunidade do médio vale do Itajaí e de toda Santa Catarina."

Muito obrigado!

(Palmas)

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

A Sra. Deputada Ana Paula Lima - Peço a palavra, pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Joares Ponticelli) - Com a palavra, pela ordem, a sra. deputada Ana Paula Lima.

A SRA. DEPUTADA ANA PAULA LIMA - Sr. presidente, pela bancada do Partido dos Trabalhadores gostaria de dar boas-vindas ao

deputado Taxista Voltolini, que está representando uma região importante do estado de Santa Catarina, juntamente conosco, que é o médio vale do Itajaí, e dizer que a sua vinda a esta Casa engrandecerá muito na defesa das questões das pessoas que moram naquela região.

Em nome da bancada do Partido dos Trabalhadores, quero agradecer, novamente, a presença do deputado Taxista Voltolini, que é um homem generoso, cativante, carinhoso, que respeita todos nesta Casa.

Realmente ele cativou todos nós. Eu já o conhecia, pois moro em Blumenau, e também todos os funcionários desta Casa têm um carinho muito grande pelo Taxista Voltolini.

Seja muito bem-vindo, deputado Taxista Voltolini. No que depender da bancada do Partido dos Trabalhadores, estaremos à disposição. E parabéns pelas pessoas que vieram a esta Casa prestigiá-lo, deputado. São moradores do médio vale do Itajaí.

Muito obrigada.

O Sr. Deputado Marcos Vieira - Peço a palavra, pela ordem, sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Joares Ponticelli) - Com a palavra, pela ordem, o sr. deputado Marcos Vieira, que ainda está comemorando muito a vitória apertada na eleição de Ponte Serrada. Ele foi um dos que mais se empenhou naquela eleição extemporânea.

Parabéns pelo trabalho de v.exa.

O SR. DEPUTADO MARCOS VIEIRA - Sr. presidente, minha fala é relativa a dois momentos. O primeiro, evidentemente, trata um pouquinho da eleição de Ponte Serrada. Foi uma eleição dura, é verdade, duas importantes lideranças disputaram aquela eleição, mas a população de Ponte Serrada entendeu que era hora de renovar.

Elegeu dois jovens, dois vereadores de primeiro mandato, o Duda e o Damasceno, que até o dia 31, com certeza, vão tomar posse e fazer um novo tempo em Ponte Serrada. Foi desejo da população. Foram apenas 230 votos de diferença, ou seja, 52.11% por 48.8%. Foi uma eleição muito

dura, um pouco tumultuada, é verdade, mas a população soube, de forma autônoma, decidir em favor de um novo tempo para Ponte Serrada.

Sr. presidente, quero tratar também um pouquinho do amigo deputado Taxista Voltolini. Lembro-me bem quando da sua ascensão à política estadual, até porque na época em que estive na sua casa eu o ajudei a fazer a sua filiação no PSDB, no início da década de 90, disputando a sua primeira eleição estadual em 1994, sob ainda a sigla do PSDB.

Tive muito orgulho e prazer de naquela época, deputado Dóia Guglielmi, correr Santa Catarina e fazer a filiação do então motorista de táxi Voltolini que hoje nos orgulha muito e que mais uma vez retorna ao Parlamento para exercer o mandato de deputado.

Parabéns, deputado Taxista Voltolini! Continue sendo a mesma pessoa e o Parlamento de Santa Catarina, com certeza, haverá de ganhar muito com a participação de v.exa.

Muito obrigado!

O SR. PRESIDENTE (Deputado Joares Ponticelli)  
- Obrigado, deputado Marcos Vieira.

O Sr. Deputado Maurício Eskudlark - Pela ordem, sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Joares Ponticelli)  
- Com a palavra, pela ordem, o sr. deputado Maurício Eskudlark.

O SR. DEPUTADO MAURÍCIO ESKUDLARK - Sr. presidente, é com grande orgulho também que, em nome da bancada do PSD, saudamos o amigo Taxista Voltolini, pessoa carismática, de uma simplicidade, mas de uma competência e um coração muito grandes.

Quero saudar todos os municípios presentes, os amigos, as autoridades. Sabemos que todos podem ter muito orgulho deste deputado que hoje fez o seu primeiro pronunciamento na Assembleia Legislativa. E é isso que o Brasil quer: mais sinceridade, mais coração aberto, mais simplicidade até do que eloquência no discurso, pois discurso bonito o povo cansou. O povo quer

ações, pessoas simples e pessoas com a verdade que o deputado Taxista Voltolini traz.

Então, parabéns a ele, a todos seus amigos e a família.

Sejam todos bem-vindos!

O SR. PRESIDENTE (Deputado Joares Ponticelli)  
- Obrigado, deputado Maurício Eskudlark.

A Sra. Deputada Angela Albino - Pela ordem, sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Joares Ponticelli)  
- Com a palavra, pela ordem, a sra. deputada Angela Albino.

A SRA DEPUTADA ANGELA ALBINO - Sr. presidente, da mesma forma o PCdoB estende um abraço ao deputado Taxista Voltolini, que veio para cá representando a importante categoria dos taxistas, que está sempre bem informada em qualquer cidade, pois quando se pergunta a um taxista como está a política do local onde nos deixou, ele prontamente nos responde com muitas condições.

Compartilhando essa experiência que tive quando fui suplente de deputado estadual, quero dizer que exerci durante alguns meses o mandato aqui que representa uma escola para nós. Torço para que v.exa. também, na próxima eleição, leve essa experiência e possa ser titular de uma cadeira na Assembleia Legislativa em seu nome, em nome dos taxistas e em nome dos que vieram prestigiá-lo aqui hoje.

Parabéns!

O SR. PRESIDENTE (Deputado Joares Ponticelli)  
- Obrigado, deputada Angela Albino.

O SR. DEPUTADO SARGENTO AMAURI SOARES - Pela ordem, sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Joares Ponticelli)  
- Com a palavra, pela ordem, o sr. deputado Sargento Amauri Soares.

O SR. DEPUTADO SARGENTO AMAURI SOARES - Sr. presidente, quero, rapidamente, mais uma vez, por este microfone, parabenizar o deputado Taxista Voltolini pela sua posse nesta Casa e dizer que será uma satisfação conviver com ele outros dois meses no Poder Legislativo, edesta vez com maior sorte ainda, porque vamos sentar um ao lado do

outro e assim poderei aprender, com sua forma de pensar, a realidade da sociedade e da política.

Parabéns, deputado Taxista Voltolini! E parabéns a todos aqueles que o apóiam e que estão aqui para prestigiá-lo na tarde de hoje.

Muito obrigado!

O SR. PRESIDENTE (Deputado Joares Ponticelli) - Obrigado, deputado Sargento Amauri Soares.

O Sr. Deputado Nilson Gonçalves - Pela ordem, sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Joares Ponticelli) - Com a palavra, pela ordem, o sr. deputado Nilson Gonçalves.

O SR. DEPUTADO NILSON GONÇALVES - Sr. presidente, quero fazer minhas as palavras dos deputados que me antecederam e transmitir ao deputado Taxista Voltolini nossas boas-vindas. Pode ter certeza de que sua presença aqui deixa o ambiente um pouco mais alegre, mais popular, inclusive.

Quero parabenizá-lo e também cumprimentar o pessoal de Benedito Nova, de Rodeio, de Doutor Pedrinho, de Timbó, de Indaial, de Ascurra e de Rio dos Cedros, que veio prestigiar v.exa.

Obrigado pela sua presença e estaremos à disposição sempre que precisar.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Joares Ponticelli) - Obrigado, deputado Nilson Gonçalves.

Esta Presidência também quer cumprimentar v.exa., querido amigo, se assim posso chamá-lo, deputado taxista Voltolini, e dizer que vem trazer, acima de tudo, um pouco mais de humanidade para esta Casa, pois tem um coração maior que o corpo. É um homem do bem, deixou saudades quando passou por aqui e fez muitos amigos. É um homem extremamente simples, generoso, carinhoso que ganhou, naquele pouquíssimo tempo de convivência conosco, o respeito de todos os seus colegas deste Parlamento e, tenho certeza, de todos os servidores desta Casa.

Ficamos muito alegres com o seu retorno. Seja bem-vindo a esta Casa e que Deus o proteja.

É preciso também fazer um reconhecimento ao deputado Altair Guidi que está promovendo, mais

uma vez, um gesto no sentido de valorizar e prestigiar o suplente, pois nenhum de nós chegou aqui sozinho, tivemos que contar com a parceria e com o apoio dos suplentes para somar os votos na legenda e poder conquistar o mandato.

Seja feliz aqui nesse período. Conte conosco. Seja bem-vindo, deputado Taxista Voltolini, e sejam bem-vindos seus amigos, seus familiares, aqueles que têm muito carinho por v.exa., senão não estariam aqui.

Portanto, parabéns e sucesso nesse período.

O Sr. Deputado Taxista Voltolini - Peço a palavra, pela ordem, sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Padre Pedro Baldissera) - Com a palavra, pela ordem, o deputado Taxista Voltolini.

O SR. DEPUTADO TAXISTA VOLTOLINI - Quero agradecer a todos os deputados por me receberem tão bem nesta Casa, pois estou me sentindo em casa de verdade. Quero também agradecer a todos que vieram dos municípios vizinhos para me prestigiar.

Quero agradecer às autoridades, à imprensa e a todo esse povo carinhoso que veio aqui. Muito obrigadode coração mesmo.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Padre Pedro Baldissera) - Passaremos ao horário reservado aos Partidos Políticos.

Hoje, terça-feira, os primeiros minutos são destinados ao PSDB.

Com a palavra o deputado Serafim Venzon, por até oito minutos.

O SR. DEPUTADO SERAFIM VENZON - Primeiramente, quero saudar os prefeitos e vereadores que estão nas galerias desta Casa buscando apoio dos parlamentares para inúmeros pleitos que estão sendo encaminhados ao governo. Quero cumprimentar também o deputado Taxista Voltolini, que fez aqui o seu discurso de reingresso a esta Casa. Ele, que aqui já esteve em outra legislatura, deixando um sentimento de simpatia em todos nós.

Quero, ainda, em nome do PSDB, dirigir um cumprimento muito especial ao município de Guaramirim, que é uma cidade do vale do Itapocu,

próximo a Jaraguá do Sul e a Maçaranduba, que tem aproximadamente 40.000 habitantes.

É uma cidade com um alto Índice de Desenvolvimento Humano graças ao potencial humano que lá existe, pela capacidade de trabalho, de inovação e pelo empreendedorismo daquele povo. Tudo isso é motivado pelo desenvolvimento econômico da região.

E ontem se despediu do seio daquela cidade, sendo sepultado hoje, um amigo de muitas pessoas, de todos os partidos e de Guaramirim, o ex-prefeito Victor Klein. Foi vereador duas vezes, presidente da Câmara Municipal, vice-prefeito e prefeito de 93 a 97, deixando um marco na sua administração para todos os habitantes do município.

Hoje, pela manhã, ocorreu a cerimônia do seu sepultamento e nós deixamos, então, a nossa saudação especial à sua esposa, d. Erci, pessoa muito política e humana, com um coração extraordinário; aos filhos e aos netos. Enfim, queremos manifestar nosso sentimento de pesar e cumprimentá-los pelo grande homem que foi. Lembrarmo-nos de Victor Klein certamente nos faz pensar no empenho de muitos prefeitos e administradores que vieram antes de nós, ou seja, das pessoas que promoveram o desenvolvimento da região e de Guaramirim. Isso nos leva a agradecer a ele e a todos aqueles que, igualmente, fizeram muito pela cidade. E olhando, naturalmente, as crianças da região, trazemos à tona o compromisso que cada um de nós tem com o futuro. Certamente Victor Klein deixará saudades.

Gostaria de abordar um segundo tema e comentar a questão do Índice do Desenvolvimento Humano do Brasil nas últimas duas, três décadas. Seguramente houve, dos anos 90 até hoje, um crescimento no índice graças à mudança das posturas políticas e a algumas decisões que foram tomadas pelos governantes, prefeitos, vereadores e deputados.

Muitas pessoas tiveram participação nesse processo de evolução que o Brasil está passando, principalmente depois da Constituição de 88. No entanto, temos que destacar que essa evolução

iniciou principalmente com algumas decisões políticas que foram capitaneadas pelo então presidente da República Fernando Henrique Cardoso.

Essas iniciativas foram continuadas depois no governo Lula e agora continuam com a presidente Dilma Rousseff. E não pode ficar a sensação, a imagem de que essas mudanças teriam acontecido nos últimos dez anos, porque elas já vêm acontecendo desde 1991. Foi inclusive levantado por uma organização internacional que de 1991 a 2010 houve uma grande mudança no Índice de Desenvolvimento, que passou de 0,493 para 0,727. Ou seja, houve uma evolução de 0,5 para 0,73, para simplificar os números.

Essa evolução, como destaque, deu-se por inúmeras ações e alterações e reformas em diversas áreas que foram capitaneadas principalmente pelo ex-presidente Fernando Henrique Cardoso, as quais foram continuadas. De 1990 até 2000 o crescimento, o IDH aumentou 24%, alterando-se de 0,493 para 0,612. De 2000 a 2010 o IDH mudou de 0,612 para 0,727, ou seja, houve um aumento de 19%. Isso equivale dizer, de certa maneira, que da década de 90 ao ano 2000 o percentual de crescimento do IDH foi maior do que da década de 2000 a 2010.

Concluindo: a evolução do IDH na década de 90 foi maior do que na década de 2000 a 2010. E isso se deve justamente às ações continuadas de promoção de diversas ações políticas no combate à pobreza.

Muito obrigado!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Padre Pedro Baldissera) - Ainda dentro do horário reservado aos Partidos Políticos, os próximos minutos são destinados PT.

Com a palavra o sr. deputado Sargento Amauri Soares, por até cinco minutos.

A Sra. Deputada Ana Paula Lima - Pela ordem, sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Padre Pedro Baldissera) - Com a palavra, pela ordem, a sra. deputada Ana Paula Lima.

A SRA. DEPUTADA ANA PAULA LIMA - Gostaria de registrar a presença, nesta Casa, do prefeito de Doutor Pedrinho, sr. Hartwig Persuhn, que se encontra nesta sessão reivindicando mais recursos para o seu município.

Seja bem-vindo!

O SR. DEPUTADO SARGENTO AMAURI SOARES - Sr. presidente, srs. deputados, demais pares e pessoas que nos acompanham nesta sessão pelos meios de comunicação, gostaria de registrar a presença, nesta Casa, do conjunto de policiais civis do estado, servidores da base da segurança pública e agentes de polícia que estão em campanha salarial no estado, como temos acompanhado pelos meios de comunicação.

Quero dizer que nos solidarizamos com o movimento de vocês, com as suas pautas e que estamos e estaremos sempre juntos na perspectiva de tratamento salarial digno a todos os servidores da Segurança Pública do estado. Então, se quer melhorar a segurança pública, é preciso mais servidores, é preciso dar a esses trabalhadores um salário digno e compatível com a sua profissão, uma carreira que o mantenha mobilizado, para que possam escolher e ter a liberdade de definir o bairro que irão residir. Inclusive, nesse aspecto é importante, fundamental e mesmo necessário que os policiais, que os servidores da Segurança Pública em geral, como também os policiais civis, recebam um salário compatível com as agruras da profissão que exercem.

Srs. deputados, quero retomar aqui o debate da manhã da última quinta-feira, já que foi a primeira sessão deste semestre, em que eu, logo no começo da sessão, fiz uma avaliação e críticas às vacilações do governo federal, da presidente Dilma Rousseff a respeito de algumas questões importantes. Ative-me especialmente à questão dos médicos, na perspectiva de defender a posição da presidente justamente no dia posterior ao dia em que o governo federal, o ministério da Saúde teria declinado medidas importantes nessa área que apoiávamos e que achávamos que precisariam ser apoiadas pelas forças populares e pela sociedade

no seu conjunto. Infelizmente, o corporativismo de alguns setores na sociedade brasileira não deixa se avançar em uma política mais efetiva de atendimento às necessidades populares.

Em virtude, talvez, dessa crítica que fiz vários outros deputados se somaram aqui, deputados que fazem oposição ao governo central, para criticar o governo, e eu, evidentemente, fiquei analisando cada um dos posicionamentos.

Eu queria voltar a este debate para dizer que a maior parte das críticas que foram feitas naquela manhã, embora corretas em alguns aspectos, é incoerente com aquilo que esses próprios setores defendiam referentes ao governo de FHC. E a minha principal crítica ao governo da Dilma Rousseff e do PT e, anteriormente, ao governo do Lula é justamente por estar repetindo na macropolítica econômica o programa que era realizado pelo PSDB, pelo governo de FHC, que era tão defendido aqui por alguns setores, cada vez menores, é claro, que agora atacam o governo do PT.

Ou seja, grosso modo, ficou tudo como estava na macropolítica econômica. Algumas mudanças em alguns aspectos da política compensatória merecem registros, mas na macropolítica econômica continua a mesma coisa. Inclusive, os aspectos que estavam sendo criticados pelos deputados a que me referi eram esses, sendo que a presidente Dilma Rousseff herdou justamente do governo FHC esses elementos, como, por exemplo, a concentração de recursos na união. E aí não se fala em um novo pacto federativo porque o governo da Dilma não quer e não deixa, somente quer falar de reforma política e outras coisas. Isso vem de longe no Brasil, especialmente do governo FHC. E continua repetindo também, infelizmente, política de privatização dos aeroportos, leilão de petróleo e por aí adiante. Esse debate que precisa ser feito!

Com relação à questão dos médicos, a presidente Dilma está cedendo para voltar ao que sempre foi, uma posição conservadora, na minha avaliação.

Então, precisamos continuar essa reflexão porque repetir os principais erros do governo da

Dilma, do governo do PT, ao longo desses dez anos, tem sido justamente, do ponto de vista da macropolítica econômica, repetir e continuar repetindo aquilo que era realizado no governo FHC e também em governos anteriores. Esse, sim, é o grande debate que a sociedade brasileira precisa fazer.

Muito obrigado!

(Palmas)

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Padre Pedro Baldissera) - Com a palavra o próximo orador inscrito, deputado Maurício Eskudlark, por até 12 minutos.

O SR. DEPUTADO MAURÍCIO ESKUDLARK - Sr. presidente, srs. deputados, sras. deputadas, público que nos acompanha, policiais civis do estado aqui presentes, meus colegas por mais de 30 anos, estamos acompanhando essa movimentação e gostaria de saber se há possibilidade, sr. presidente, de ser concedida hoje ou, no máximo, amanhã, no cumprimento do Regimento Interno, a palavra ao Anderson, presidente do Sinpol, para que possa falar em nome de todos os policiais civis catarinenses. Isso depende somente da aceitação de todos os líderes de partido. Eu já tinha inclusive ligado ao Anderson alguns dias atrás para oferecer o espaço da tribuna para fazer uso da palavra.

A Sra. Deputada Ana Paula Lima - V.Exa. me concede um aparte?

O SR. DEPUTADO MAURÍCIO ESKUDLARK - Pois não!

A Sra. Deputada Ana Paula Lima - Deputado Maurício Eskudlark e sr. presidente desta sessão, a bancada do PT aceita a sugestão do nobre colega deputado em conceder a palavra para a liderança dos policiais civis na tribuna desta Casa.

(Manifestação das galerias.)

O SR. DEPUTADO MAURÍCIO ESKUDLARK - Agradeço à deputada Ana Paula Lima, sempre presente e atuante nessas questões em defesa de todas as categorias.

Agora, queremos ver com a Presidência qual a definição que teremos hoje, já que houve a mobilização e há policiais de todo o estado de

Santa Catarina nesta Casa, mas sabemos da dificuldade que eles têm de deslocamento até aqui, pois muitos policiais têm plantão a cumprir, compromisso com o estado na defesa da população, e com esse ato fazem a defesa dos seus direitos e das suas prerrogativas.

Então, mais tarde o presidente Anderson poderá fazer uso da palavra e dizer a todos os colegas policiais que temos conversado quase que diariamente com o secretário Antônio Marcos Gavazzoni e com o próprio governador Raimundo Colombo sobre a questão e a justiça dos pleitos dos nossos policiais. Algumas propostas foram apresentadas, senão oficialmente, mas informalmente, e há um descontentamento pelos valores e período de implementação desse projeto. Hoje, inclusive, fiz um apanhado de vários pedidos que demos entrada nesta Casa em prol da nossa categoria de policiais civis.

Muitas lutas foram travadas aqui. Lembro quando a Assembleia esteve lotada de policiais civis, em que as nossas policiais lutaram muito para conseguirmos uma aposentadoria especial. Já era um trauma quando não tínhamos certeza com quanto tempo de contribuição e com que período conseguiríamos a aposentadoria, mas conseguimos em 2006, quando estávamos nesta Casa a convencer o ex-governador Luiz Henrique da Silveira para aprovar a lei da aposentadoria especial. Primeiramente, foram aprovados 30 anos de trabalho para o homem e depois 25 anos para a mulher.

Foi uma luta desgastante.

Entramos com um projeto já no início desta legislatura para que todo o policial civil, ao se aposentar, possa receber um adicional de 25%, porque o policial militar, quando se aposenta, recebe uma promoção. E o policial civil, quando se aposenta, perde quase 40% da sua remuneração, que são as horas extras e o adicional noturno. Então, nós queremos os mesmos direitos. Se for para igualar, tem que igualar nas vantagens também, não somente nas desvantagens.

Essa nossa proposição já foi aprovada nesta Casa. Gostaríamos que ela fosse incluída como

projeto de governo para equivaler não com outras categorias, mas para equivaler enquanto estamos na atividade, apesar de que mesmo ganhando esses 25% que propusemos ainda o policial vai se aposentar perdendo valores. E é quando o policial mais tem necessidade, quando está em fase de aposentadoria, está com problemas de saúde, porque sabemos que o nosso policial absorve as reivindicações, os pleitos, as dificuldades e as dores das vítimas e da sociedade.

Também fizemos um projeto de alteração da lei complementar solicitando os 25% posteriores à aposentadoria ao policial que já tem tempo de serviço e que permanece ainda trabalhando pelos seus direitos.

Foi aprovada, nesta Casa, por todos os srs. deputados, uma indicação que pede que as horas extras dos policiais sejam pagas integralmente e não somente as 40 horas extras. Foi aprovada também por unanimidade, nesta Casa, outra indicação estabelecendo que os policiais teriam direito a duas horas, duas vezes por semana, para exercer atividades físicas e psicológicas de recuperação.

Há instituições que trabalham oito horas por dia e há instituições que trabalham somente no período da tarde. Então, nem estávamos pedindo igualdade e, sim, esse reconhecimento.

Há outros projetos mais voltados ao interesse da sociedade, como o projeto que libera o acesso à Polícia Civil dos dados e informações das pessoas cadastradas na Celesc, na Casan e em outros órgãos públicos. Esperamos, diante dessa movimentação, uma manifestação, inclusive dos nossos líderes, do Anderson e do Arilson, pois eles têm-se mobilizado muito pela categoria, com prudência e firmeza, com relação ao trabalho de cada um de vocês, que é essencial para a sociedade.

Ontem à noite, ainda conversava com alguns colegas policiais sobre a importância desses direitos serem reconhecidos, de que o trabalho policial é o de maior alto risco e de que é a profissão mais estressante já divulgada por todas as atividades.

Então, temos pedido, com equilíbrio, com ponderação, como também o Sinpol, que os nossos objetivos sejam atendidos.

Vou citar um pedaço, deputado Padre Pedro Baldissera, de uma poesia que fala sobre o policial civil.

(Passa a ler.)

"Há gente que ainda não sabe o que a polícia significa e por maldade a critica sem conhecer a verdade. E nesta oportunidade, parafraseando os doutores, a polícia é o exército da sociedade.

Para vos dar sossego, arriscamos nossas vidas. E há gente que ainda faz troça, dá razão aos renegados das razões que eram nossas.

O policial que é casado não vive para a família, sem poder ao filho e à filha dar um pouco de carícias, pois na cidade ou no morro há sempre um grito de socorro chamando pela polícia.

Quando daí em diligência, despede-se dos filhos seus. Vá com Deus papai, vá com Deus, diz-lhe o filho querido. E depois, então, temos lido em manchete de jornal: 'foi morto um policial ao prender um foragido'."

Esta é uma poesia que fala da atividade policial. Sei que estamos estressados nessa luta; estamos querendo o melhor. E muitos estão no limite, mas o que pedimos é equilíbrio, porque a nossa instituição é muito importante para a sociedade catarinense.

Com união, com determinação, tenho acompanhado a movimentação de toda a categoria, e vamos alcançar o resultado que se está buscando, que é dar a cada policial civil tranquilidade para o exercício da sua função.

Agradeço ao deputado Ismael dos Santos pelo tempo concedido, porque hoje estava previsto no rodízio dos parlamentares que ele iria fazer uso da palavra. E agora, junto com a deputada Ana Paula Lima, com a deputada Angela Albino e com todos os nossos líderes, vamos lutar para que deferido que a diretoria do Sinpol faça uso da tribuna por até dez minutos, para expor as suas reivindicações.

Muito obrigado!

(Manifestações das galerias.)

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Padre Pedro Baldissera) - Muito obrigado, deputado Maurício Eskudlark.

Diante da solicitação feita pelo deputado Maurício Eskudlark, entendemos que o plenário tem soberania para decidir. E se o encaminhamento for feito através das nossas lideranças, esta Presidência não se opõe de forma alguma, mesmo que o Regimento Interno estabeleça outra condição. E, diante da realidade, deputado Maurício Eskudlark, ouviremos, depois da Ordem do Dia, a diretoria do Sinpol. Já está acertado.

(Manifestações das galerias.)

Neste momento, peço ao deputado Romildo Titon que assuma à Presidência, para que eu possa fazer uso da tribuna.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Romildo Titon) - Ainda dentro do horário reservado aos Partidos Políticos, os próximos minutos são destinados ao PT.

Com a palavra o deputado Padre Pedro Baldissera, por até dez minutos.

O SR. DEPUTADO PADRE PEDRO BALDISSERA - Sr. presidente, srs. deputados, sras. deputadas, gostaria, inicialmente, de registrar a presença, nesta Casa, além da do ex-deputado e prefeito de Brusque, Paulo Eccel, do vereador Adriano De Martini, de Xanxerê, o Adrianinho; do presidente do partido daquele município, Lenoir Tiecher, e do presidente do Sindicato dos Comerciários de Concórdia, Odir José da Silva. Sejam todos bem-vindos.

Feito este registro, gostaria de aproveitar o horário do Partido dos Trabalhadores para trazer presente aquilo que aconteceu, no dia de ontem, em nível nacional: a sanção do Estatuto da Juventude.

A presidenta Dilma Rousseff sancionou, ontem, o Estatuto da Juventude que, ao mesmo tempo, estabelece direitos básicos e fundamentais para a juventude do nosso país dos 15 aos 29 anos.

Essa é uma ação extremamente importante e estratégica porque envolve mais de 50 milhões de

brasileiros e brasileiras com a idade já mencionada.

É claro que entendemos que, ao mesmo tempo em que o estatuto é estratégico, ele define alguns princípios que fortalecem as organizações das políticas da juventude nas três esferas: federal, estadual e municipal. Ou seja, a partir de agora é prerrogativa de estado e não mais deste ou daquele setor a criação de espaços onde se possa ouvir a juventude em todo o nosso país, nas diferentes esferas, estimulando, de modo especial, a sua participação nos processos decisórios, com a criação dos Conselhos Estaduais e Municipais da Juventude.

Quero fazer questão de mencionar aqui, prefeito Paulo Eccel e ex-deputado, que v.exa., quando ocupou este espaço, fez o encaminhamento do projeto de lei, à época, da criação do conselho. Felizmente, foi aprovado nesta Casa, recebeu o veto, e a partir da minha segunda legislatura encaminhamos esse projeto de lei que foi sancionado pelo governo do estado que hoje é lei. Este ano, recentemente, 15 dias antes do recesso, o governo encaminhou a esta Casa um projeto instituindo o Conselho Estadual da Juventude em Santa Catarina. Ele veio, diga-se de passagem, numa boa hora, ou seja, a partir de todo um encaminhamento feito.

O Sr. Deputado Neodi Saretta - V.Exa. nos concede um aparte?

O SR. DEPUTADO PADRE PEDRO BALDISSERA - Deputado Neodi Saretta, é bom que v.exa. queira se manifestar neste momento, porque quando foi presidente nesta Casa o projeto foi aprovado, mas recebeu, posteriormente, através de uma Adin, o reconhecimento da questão da inconstitucionalidade. Mas ouço v.exa.!

O Sr. Deputado Neodi Saretta - Deputado Padre Pedro Baldissera, quero parabenizar v.exa. por abordar este assunto e dizer que foi realmente uma grande conquista a sanção, por parte da presidente, do Estatuto da Juventude, pois ele trouxe ganhos importantes aos jovens brasileiros.

Quero lembrar isso que v.exa. já colocou. Nós havíamos aprovado esse projeto nesta Casa e na ocasião, como presidente, coube-me, inclusive, publicar a lei, porque derrubamos o veto na Assembleia Legislativa, que depois recebeu uma Ação Direta de Inconstitucionalidade.

V.Exa. entrou com um projeto de lei propondo a sua criação. Eu, recentemente, também propus o projeto de lei instituindo e normatizando o Conselho da Juventude. Agora, vem esse do Executivo e acho que temos que fazer um grande esforço para a aprovação desse projeto nacional, a fim de instituímos definitivamente o Conselho Estadual da Juventude em Santa Catarina.

Gostaria de parabenizar v.exa. por estar abordando este assunto, ao tempo em que também cumprimento toda a categoria da Polícia Civil de Santa Catarina, que está aqui.

Nós tivemos a oportunidade, na semana passada, durante a semana que não houve sessão, de conversar com o representante, especialmente dos municípios da nossa região, a esse respeito, e estamos solidários também nessa luta da categoria que está aqui presente.

Muito obrigado, deputado!

O SR. DEPUTADO PADRE PEDRO BALDISSERA - Muito obrigado, deputado Neodi Saretta.

V.Exa., à época como presidente desta Casa, promulgou a lei que criava o Conselho da Juventude, que depois, por questões da própria Ação Direta de Inconstitucionalidade, foi reconhecida a inconstitucionalidade do projeto. Mas na verdade, neste momento, nós já avançamos, e mais ainda, com a iminência de a Presidência da República ter sancionado o Estatuto da Juventude.

Oxalá, possamos, desta forma, sensibilizar os nossos municípios, os estados todos, porque é uma instância extraordinária, estratégica, para se debater, discutir e construir políticas que envolvem a nossa juventude. Haja vista, nós temos hoje mais de 50 milhões que são jovens, entre os 15 e 29 anos de idade. Então, é um percentual extremamente significativo, majoritário, da nossa população.

Esperamos também que nós, no plenário da Assembleia, possamos fazer a discussão do projeto de lei que institui o Conselho da Juventude e, quem sabe, estender esse debate à luz das diferentes regiões do nosso estado, para analisar a importância desse conselho como instância para se debater e discutir as diferentes políticas que deverão ser implementadas com a participação e o envolvimento da nossa juventude, que é extremamente importante no que diz respeito à participação nas decisões que envolvem as coisas públicas.

Antes de concluir meu pronunciamento, gostaria de estender, e não poderia deixar de fazê-lo diante da manifestação, deputados Neodi Saretta e Ana Paula Lima, do nosso colega parlamentar Maurício Eskudlark, a nossa solidariedade e, ao mesmo tempo, o nosso acompanhamento dizendo a toda categoria que podem contar conosco nesse processo e nessa caminhada.

Estamos juntos nessa luta, porque entendemos que a questão salarial, a luta e a briga pelas condições de trabalho são, sem dúvida alguma, essenciais na caminhada e na vida de todos vocês.

Parabéns pela luta e pela organização. Continuem assim e contem com a nossa bancada.

Muito obrigado!

(Palmas)

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Romildo Titon) - Ainda dentro do horário reservado aos Partidos Políticos, os próximos minutos estão destinados ao PP.

Com a palavra o sr. deputado Reno Caramori, por até oito minutos.

O SR. DEPUTADO RENO CARAMORI - Sr. presidente, srs. deputados, sras. deputadas, primeiramente, quero cumprimentar a nossa classe policial que nos garante a integridade física, no dia a dia, em cada comuna, em cada município.

Gostaria de dizer que os admiro por estarem reivindicando uma coisa que entendo justa, feita de forma pacífica, com muita responsabilidade, com muita educação, com muito civismo.

Essa é a maneira mais própria para reivindicar alguma coisa, com inteligência, com clareza, com objetividade. Por isso quero cumprimentá-los.

Mas, sr. presidente, trago hoje um assunto a esta Casa que há muito tempo a Mesa Diretora vem preparando para que se tornasse uma realidade, que é a transmissão com tradução em libras toda sessão ordinária desta Casa.

(Passa a ler.)

"Por isso, a partir desta terça-feira, dia 6 de agosto, todas as sessões ordinárias da Assembleia Legislativa de Santa Catarina transmitidas pela TVAL, a TV Parlamento catarinense, passarão a ter tradução para a Linguagem Brasileira de Sinais - Libras. Um convênio entre o Legislativo e a Fundação Catarinense de Educação Especial - FCEE -, permitirá que as pessoas com deficiência auditiva possam acompanhar o que é discutido e votado pelos deputados estaduais.

Pelo convênio, a Fundação Catarinense de Educação Especial cederá quatro tradutores em libras para a Assembleia. Durante as sessões ordinárias, que ocorrem às terças-feiras, às quartas e às quintas-feiras, esses profissionais estarão em um local reservado, acompanhando as imagens da sessão para fazer a tradução das falas dos parlamentares. A imagem dos tradutores será reproduzida simultaneamente com a transmissão da sessão pela TVAL, num processo semelhante ao que já ocorre em outras emissoras públicas, como a TV Câmara e a TV Senado.

O projeto para a implantação da tradução em libras foi um pedido da comissão de Defesa dos Direitos da Pessoa com Deficiência à Presidência da Assembleia Legislativa. Em julho, deputados e diretores da Casa se reuniram com a presidente da FCEE, Rose Bartucheski, para dar início ao projeto. Nesta segunda-feira, dia 5, ocorreu a gravação nos estúdios da TVAL, da tradução em libras do Hino Nacional Brasileiro, que é reproduzido antes da abertura das sessões.

O deputado Joares Ponticelli, presidente desta Casa, do PP, afirmou que inicialmente apenas as

sessões ordinárias terão transmissão em libras, mas o objetivo é ampliar esse serviço para as demais atividades parlamentares, como as sessões especiais, solenes e as reuniões das comissões. 'Ao incluirmos os catarinenses que não têm a audição, vamos aproximar cada vez mais a TVAL de todos os cidadãos', disse ele.

O programa abre oportunidade de estágio para pessoas com deficiência, com o objetivo de ampliar as oportunidades de trabalho a estudantes com deficiência. Os deputados aprovaram nesta Casa o Programa Alesc Inclusiva.

A iniciativa abre 20 vagas de estágio na Assembleia Legislativa para jovens que estejam regularmente matriculados em instituições de ensino superior, de educação profissional, de ensino médio, de educação especial e nos anos finais do ensino fundamental. O estágio de quatro horas diárias terá duração de um ano e pode ser prorrogado pelo mesmo período."

Vou aqui trazer uma particularidade que conhecemos de cadeira. Lá na minha terra, Caçador, existe a Apas, Associação de Pais e Amigos dos Surdos. Em 2011, foi presidida pela Marlise Fleck Roveda. Destinamos, naquela época, R\$ 90 mil para a construção da sede própria, quando foi feita a primeira parte. Hoje, a presidente é Angélica Turbay Palodeto, a vice-presidente é Diva Telke e estamos destinando o valor de R\$ 135 mil, da nossa verba pessoal, para mais uma etapa daquela escola que consideramos de suma importância.

Hoje, Caçador, com 75 mil habitantes, tem 85 alunos oficialmente matriculados e frequentando a escola. Dentre eles, 45 alunos já estão prestando trabalho nas empresas. Eu me orgulho muito de na empresa Reunidas a que pertencço termos quatro deficientes trabalhando e exercendo sua atividade profissional integrados com os demais colegas de trabalho. Temos mais 40, que são menores de idade, que estão praticando e aprendendo.

Então, estamos fazendo este registro porque entendemos que, como qualquer outra atividade profissional, os deficientes têm o direito de provar sua capacidade, desde que formados através

das nossas orientadoras, nas nossas escolas e entidades que fazem com que esses alunos tenham a felicidade de mostrar sua capacidade nas atividades profissionais.

Por isso quero cumprimentar, mais uma vez, esta Casa por essa deferência em colocar aqui também esse sistema de comunicação. Isso é importante para que possamos dar oportunidade àqueles que gostariam tanto de escutar e não conseguem. Mas através dessa atividade vão conseguir acompanhar as sessões desta Casa.

Muito obrigado!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Padre Pedro Baldissera) - Ainda dentro do horário reservado aos Partidos Políticos, os próximos minutos são destinados ao PMDB.

Com a palavra o deputado Romildo Titon, por até 12 minutos.

O SR. DEPUTADO ROMILDO TITON - Sr. presidente, srs. deputados, sras. deputadas, quero cumprimentar toda a Polícia Civil que está aqui presente pela forma pacífica e educada que está fazendo o seu movimento em busca de melhorias salariais. Nosso respeito a todos.

Sr. presidente, recebi há quatro meses a incumbência, pelo presidente e pela Mesa Diretora, de coordenador o grupo de trabalho para adequação do Código Ambiental do estado de Santa Catarina, tendo em vista a reformulação do Código Florestal Brasileiro, onde houve muitas modificações e um avanço grande.

Então, quero agradecer, neste momento, por essa deferência, por ter confiado a este parlamentar uma missão bastante difícil, pois envolve toda a sociedade brasileira, e agradecer, principalmente, pela oportunidade de conciliar o meio ambiente com a produção em nosso estado, que foi pioneira em 2009, sendo um dos primeiros a ter uma legislação ambiental própria, baseado no art. 24 da Constituição, buscando essa brecha para oportunizar Santa Catarina a ter uma legislação diferente, de acordo com a nossa realidade e peculiaridade.

Há agora, com a reformulação do Código Florestal Brasileiro, três caminhos. Temos que escolher um deles, ou seja, deixarmos o nosso Código da forma como era antes, preservando os avanços que foram feitos ou copiados, da mesma forma em todos os seus artigos, ou fazer, como terceira opção, uma adequação, preservando aquilo que tínhamos construído em 2009, adequando o que no nosso Código ficou mais restritivo. E foi essa a opção que escolhemos, ou seja, a da adequação.

Tivemos um cuidado muito grande, junto com toda a equipe jurídica e a assessoria técnica que nos foi disponibilizada, de não criarmos nenhum entrave jurídico, nenhuma insegurança jurídica futuramente por introduzirmos alguns artigos em que pudesse ser arguida inconstitucionalidade.

Houve cuidado também em não se mexer na estrutura do estado, a fim de não inviabilizar uma iniciativa deste Parlamento, desta legislação, pois sabemos que quando se mexe na estrutura do estado acaba ocorrendo inconstitucionalidade.

Procuramos preencher algumas lacunas que o Código Florestal Brasileiro deixou, para melhor esclarecer e para que haja uma segurança jurídica maior aos agricultores.

Considero que houve um grande avanço no Congresso Nacional com relação à questão das áreas de preservação permanente. Em 2009, no Código estadual, iniciamos com 5m e fomos muito criticados naquela época. Via-se o Código Ambiental de Santa Catarina como o bicho papão, mas, posteriormente, com a reformulação do Código Florestal Brasileiro, o estadual ficou mais restritivo. Assim sendo, começa com 5m, 8m e 15m para as pequenas propriedades, assim por diante, e 30m para as grandes propriedades. Também colocamos no nosso Código essa metragem fixada pelo Código Florestal Brasileiro.

Houve também um avanço na área consolidada. O nosso Código foi o primeiro a propor a área consolidada. Melhoramos o artigo agora, de acordo com o que o Congresso Nacional aprovou. Preservamos a questão das áreas de reserva legal, de acordo com o Código Florestal, dando

oportunidade às pequenas propriedades que ainda não tenham remanescentes para compor a reserva legal de não precisarem mais fazer reposição. Mas aqueles que têm, precisam continuar.

Ainda essa diferenciação se deu entre a pequena e a grande propriedade. Tínhamos fixado até 50ha e o Código Florestal ficou em quatro módulos, que corre na faixa para nós, do meio-oeste catarinense, próxima aos 80ha. E com uma legislação bem mais branda para os pequenos diferenciada dos grandes proprietários. Foram conquistas que conseguimos colocar no nosso Código. Acabamos então a nossa tarefa no dia de ontem entregando ao presidente, deputado Joares Ponticelli, junto com a toda a equipe técnica que esteve conosco nessa luta desde o início. Procuramos fazer o melhor. Poderíamos ter avançado um pouco mais, mas aí correríamos o risco de criar insegurança jurídica e não poderíamos deixar nenhuma brecha para a criação de demandas judiciais, para serem posteriormente discutidas.

Eliminamos esse artigo também, para que definitivamente os cartórios não tenham mais onde se agarrar e sim apenas no cadastro ambiental, onde serão identificadas as áreas de reservas legais.

Não conseguimos avançar, deputado Reno Caramori, v.exa. que tem sido um defensor dessa área também, no que diz respeito às áreas de preservação urbana.

É difícil regrar um jogo em áreas que já estão ocupadas. Temos esse problema, principalmente nós, que somos do meio-oeste catarinense, como todas as cidades têm. Mas a maioria das cidades que são cortadas pelo rio do Peixe está habitada até próximo ao rio ou até em cima do rio.

O Código Florestal deixou aberta essa questão, fixando 15m para as áreas consolidadas e 30m para não consolidadas. O que vamos identificar como consolidada agora? Tirar uma indústria, um prédio, uma casa que está próxima ao rio para afastar os 15m, os 30m. É muito difícil regrar o jogo dessa forma.

Regrar o jogo para as áreas que não estão ocupadas é fácil. Determina-se a área e acaba sendo cumprida a lei. Mas regerar na forma como estão as áreas ocupadas, é muito difícil.

Sei que aqui na capital há muitos desses casos, para que as Câmaras Municipais possam adequar as suas legislações, o seu plano diretor de acordo com a sua realidade, construindo um caminho junto com o Ministério Público e com a comunidade, seja caso a caso ou por regramento definitivo. A Câmara Municipal e o prefeito municipal é que vão dizer se a indústria que está próxima ao rio vai ter que sair ou se a residência que está ali há mais de 30, 40 ou 50 anos vai ter que sair dali para deixar a área de preservação.

Vamos dividir a responsabilidade com os municípios, de acordo com o entendimento havido em 2009, pois cada estado tem a sua peculiaridade. Foi nesse sentido que avançamos o Código Ambiental de Santa Catarina, em 2009.

Da mesma forma, cada município, nas áreas de preservação urbana, também terá agora a sua realidade, e nada melhor do que as Câmaras Municipais para fixar o regramento para essas questões.

Agradeço de coração ao presidente e à Mesa Diretora por nos ter dado essa tarefa. E numa discussão junto com o sr. presidente e à Mesa Diretora vamos conciliar com o governo quem vai ser autor dessa matéria.

Procuramos ouvir todos os parlamentares que nos procuraram, procuramos ouvir a sociedade de uma forma geral e tivemos uma contribuição muito grande de técnicos das Federações que nos auxiliaram para o melhoramento na confecção dos artigos do nosso Código Ambiental.

O Sr. Deputado Silvio Dreveck - V.Exa. me permite um aparte?

O SR. DEPUTADO ROMILDO TITON - Pois não!

O Sr. Deputado Silvio Dreveck - Quero, em nome da nossa bancada e em nome dos catarinenses, parabenizá-lo pela condução desse trabalho. Isso é importante para as famílias catarinenses. É bem verdade o que v.exa. acaba de dizer sobre a

insegurança jurídica que existia, sobre esse conflito com os cartórios exigindo algo que trazia um transtorno enorme para o nosso pequeno proprietário de modo geral. Mas, como v.exa. acaba de dizer, está sendo feito aquilo que é possível, para não se criar mais conflitos jurídicos.

Então, em nome dos catarinenses, meus cumprimentos pela condução do trabalho que v.exa. acaba de entregar.

Obrigado, deputado, pelo aparte.

O SR. DEPUTADO ROMILDO TITON - Agradeço a v.exa., deputado Silvio Dreveck, pelas suas palavras, como também a todos os parlamentares que deram uma grande contribuição para que pudéssemos realizar esse trabalho.

A partir de amanhã, certamente, o presidente dará o destino desse anteprojeto. Cabe a este Poder Legislativo a aprovação ou não dele ou o seu aperfeiçoamento no decorrer da tramitação dessa legislação, na Assembleia.

Muito obrigado!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Padre Pedro Baldissera) - Feita a manifestação em nome do PMDB, deputado Romildo Titon, vice-presidente desta Casa, gostaria de, em nome desta Presidência, registrar aqui a presença, no plenário, do ex-prefeito de Campo Erê, Odilson Lima, popular Nego Lima.

Passaremos à Ordem do Dia.

Esta Presidência comunica que encaminhará aos destinatários as Indicações n.s: 0472/2013, de autoria do deputado Neodi Saretta, e 0473/2013, de autoria do deputado Aldo Schneider, conforme determina o art. 206 do Regimento Interno.

Esta Presidência comunica também que defere os Requerimentos n.s: 0787/2013, de autoria do deputado Reno Caramori; 0788/2013 e 0791/2013, de autoria da deputada Dirce Heiderscheidt; 0789/2013, de autoria do deputado Silvio Dreveck; 0790/2013, 0798/2013, 0799/2013, 0800/2013, 0801/2013, 0802/2013, 0803/2013 e 0804/2013, de autoria do deputado Carlos Chiodini; 0792/013, de autoria do deputado Aldo Schneider; 0793/2013, de

autoria do deputado Padre Pedro Baldissera; 0795/2013, de autoria do deputado Marcos Vieira; 0795/2013, de autoria do deputado Narcizo Parisotto; 0796/2013, de autoria do deputado Jean Kuhlmann; 0797/2013, de autoria do deputado Jailson Lima; 0805/2013, de autoria do deputado Maurício Eskudlark, e 0806/2013, de autoria da deputada Ana Paula Lima.

Requerimento n. 0786/2013, de autoria do deputado Sargento Amauri Soares, que solicita ao presidente do Banco Central do Brasil informações referentes ao processo de transferência do controle acionário do sistema financeiro Besc para a união.

Em discussão.

(Pausa)

Não havendo quem o queira discutir, encerramos sua discussão.

Em votação.

Os srs. deputados que o aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovado.

Moção n. 0068/2013, de autoria da comissão de Transportes e Desenvolvimento Urbano, a ser enviada à presidente da República, ao governador do estado, às ministras da Casa Civil e das Relações Institucionais, ao ministro dos Transportes, ao presidente da Empresa de Planejamento e Logística e ao coordenador do Fórum Parlamentar Catarinense no Congresso Nacional, manifestando preocupação e solicitando a intervenção junto à empresa Valec - Engenharia, Construções e Ferrovias -, visando modificar o item 4 - Orientações específicas do edital de Concorrência n. 4/2013, e incluir no estudo de viabilidade técnica, econômica e ambiental a reativação da ferrovia já existente, ligando os municípios de Herval d'Oeste, Porto União, Canoinhas e Mafra, a fim de viabilizar o escoamento da produção até os portos do litoral catarinense.

Em discussão.

(Pausa)

Não havendo quem o queira discutir, encerramos sua discussão.

Em votação.

Os srs. deputados que o aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovado.

O Sr. Deputado Moacir Sopelsa - Pela ordem, sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Padre Pedro Baldissera) - Com a palavra, pela ordem, o sr. deputado Moacir Sopelsa.

O SR. DEPUTADO MOACIR SOPELSA - Peço sua compreensão, sr. presidente: de quem é essa moção?

O SR. PRESIDENTE (Deputado Padre Pedro Baldissera) - A moção é de autoria da comissão de Transportes e Desenvolvimento Urbano.

O SR. DEPUTADO MOACIR SOPELSA - Eu pediria se pudesse ser atendido também o trajeto antigo de Piratuba a Capinzal e Herval d'Oeste.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Padre Pedro Baldissera) - Acredito que possamos fazer, sr. deputado.

A Sra. Deputada Ana Paula Lima - Pela ordem, sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Padre Pedro Baldissera) - Com a palavra, pela ordem, a sra. deputada Ana Paula Lima.

A SRA. DEPUTADA ANA PAULA LIMA - É um projeto de estudo, assim como está acontecendo com o que vai passar pelo vale do Itajaí. Entendo que a manifestação do deputado Moacir Sopelsa é para pedir autorização para o autor dessa moção.

O SR. DEPUTADO MOACIR SOPELSA - O autor do projeto é a comissão de Transportes e Desenvolvimento Urbano.

A SRA. DEPUTADA ANA PAULA LIMA - O presidente é o deputado Reno Caramori.

O SR. DEPUTADO MOACIR SOPELSA - Solicito se a referida comissão pode ser consultada, e, juntamente com a mesma moção, incluir que também seja aproveitado o estudo, já que estão tratando de ferrovias já existentes.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Padre Pedro Baldissera) - Como o presidente da comissão é o

deputado Reno Caramori, nós poderíamos fazer esse encaminhamento consultando a comissão a respeito e, se for acatado, encaminharíamos a sugestão feita pelo deputado Moacir Sopelsa.

O Sr. Deputado Moacir Sopelsa - Peço a palavra, pela ordem, sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Padre Pedro Baldissera) - Com a palavra, pela ordem, o sr. deputado Moacir Sopelsa.

O SR. DEPUTADO MOACIR SOPELSA - Muito obrigado, sr. presidente.

A matéria já foi votada. Se o deputado Reno Caramori entender que pode ser levada à comissão de Transportes, atenderíamos esse pleito, que acho justo também.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Padre Pedro Baldissera) - Perfeitamente, deputado Moacir Sopelsa.

Deixamos a incumbência ao presidente da comissão de consultar os seus membros e, se assim for necessário, incluiremos esse trecho também na Moção n. 0068/2013, de autoria da comissão de Transportes e de Desenvolvimento Urbano.

Moção n. 0069/2013, de autoria do deputado Aldo Schneider, a ser enviada ao coordenador do Fórum Parlamentar Catarinense no Congresso Nacional, pedindo a rejeição da Proposta de Emenda Constitucional n. 231/1995.

Em discussão.

O Sr. Deputado Aldo Schneider - Peço a palavra, pela ordem, sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Padre Pedro Baldissera) - Com a palavra, pela ordem, o deputado Aldo Schneider.

O SR. DEPUTADO ALDO SCHNEIDER - Boa-tarde, sr. presidente, sras. deputadas e srs. deputados. Gostaria de solicitar a v.exa. que retire da pauta da Ordem do Dia esta moção, para que possa aperfeiçoá-la.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Padre Pedro Baldissera) - Perfeito. Por pedido do autor, está retirada da pauta da Ordem do Dia a Moção n. 0069/2013.

Moção n. 0070/2013, de autoria do deputado Padre Pedro Baldissera, a ser enviada à presidente da República, manifestando apoio à sanção ao Projeto de Lei n. 1372/2013.

Em discussão.

(Pausa)

Não havendo quem a queira discutir, encerramos sua discussão.

Em votação.

Os srs. deputados que a aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovada.

Moção n. 0071/2013, de autoria do deputado Padre Pedro Baldissera, a ser enviada à presidente da República e ao ministro das Minas e Energia, apelando para que seja sustada a licitação de áreas para a exploração de gás e xisto por um período suficiente, para aprofundar os estudos sobre a real potencialidade da utilização hidráulica e os possíveis prejuízos ambientais.

Em discussão.

(Pausa)

Não havendo quem a queira discutir, encerramos sua discussão.

Em votação.

Os srs. deputados que a aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovada.

Pedido de Informação n. 0074/2013, de autoria do deputado Sargento Amauri Soares, a ser enviado ao secretário da Fazenda, solicitando informações referentes ao processo de transferência do controle acionário do Sistema Financeiro BESC do estado de Santa Catarina.

Em discussão.

(Pausa)

Não havendo quem o queira discutir, encerramos sua discussão.

Em votação.

Os srs. deputados que o aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovado.

Pedido de Informação n. 0075/2013, de autoria do deputado Neodi Saretta, a ser enviado ao

secretário de estado da Administração, pedindo o encaminhamento de relatório referente aos exercícios de 2011, 2012 e do primeiro semestre de 2013 que trata do afastamento do trabalho de servidores que tenham sofrido acidente de trabalho ou acometidos por doença ocupacional.

Em discussão.

(Pausa)

Não havendo quem o queira discutir, encerramos sua discussão.

Em votação.

Os srs. deputados que o aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovado.

Não há mais matéria na pauta da Ordem do Dia.

Esta Presidência, de acordo com o que foi decidido nesta sessão, suspende a presente sessão para que o sr. Anderson Amorim possa se manifestar.

Está suspensa a sessão.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Joares Ponticelli) - (Faz soar a campainha) - Está reaberta a sessão.

Passaremos à Explicação Pessoal.

Com a palavra o eminente deputado Serafim Venzon.

(Pausa)

Com a desistência do deputado Serafim Venzon, com a palavra o sr. deputado Ismael dos Santos.

(Pausa)

Com a desistência do deputado Ismael dos Santos, com a palavra o deputado Marcos Vieira.

(Pausa)

Com a desistência do deputado Marcos Vieira, com a palavra o sr. deputado Antônio Aguiar.

(Pausa)

Com a desistência do deputado Antônio Aguiar, com a palavra o deputado Volnei Morastoni, por até dez minutos.

O SR. DEPUTADO VOLNEI MORASTONI - Sr. presidente, sras. deputadas, srs. deputados, pessoas que nos assistem, que nos visitam e que nos acompanham pela TVAL, antes do meu pronunciamento propriamente dito, quero também dar

todo o apoio ao movimento dos policiais civis pela mais justa reivindicação.

(Palmas das galerias)

Estou dizendo isso porque tenho uma irmã que está presente entre vocês e sei quanto os nossos policiais civis se dedicam, trabalham, se expõem e não são reconhecidos. É uma dívida acumulada de muitos anos do governo do estado e de sucessivos governos que realmente precisam, de uma vez por todas, reconhecê-la.

Eu sou médico, sou da saúde, e saúde, educação e segurança formam o tripé da cidadania. E não se faz nenhum programa, nenhum projeto, nenhum empreendimento se os recursos humanos não forem valorizados.

Portanto, essa é uma reivindicação mais do que justa, de todas as reivindicações que os policiais apresentaram, e com certeza eles terão o apoio desta Casa.

(Palmas das galerias)

Mas, sr. presidente e srs. deputados, venho hoje aqui para falar, com muita alegria, sobre o grande ato realizado ontem em Brasília - e estava junto comigo o deputado Milton Scheffer, que aqui está - pela saúde do povo brasileiro. Pela primeira vez na história demos entrada, no Congresso Nacional, a um projeto de lei de iniciativa popular, que dispõe sobre a saúde, com mais de dois milhões de assinaturas. E temos certeza de que dentre todos os clamores que foram evocados nas mobilizações das ruas há um que talvez seja o mais importante, que é o clamor pela saúde.

É neste contexto que o povo brasileiro subscreveu, foram mais de dois milhões de assinaturas, e ontem, quando elas foram entregues ao presidente da Câmara dos Deputados, o secretário-geral da CNBB dizia o seguinte: "Aqui nessa montanha de assinaturas não estão simplesmente assinaturas, está o sentimento do povo brasileiro, está a alma do povo brasileiro. São pessoas, são rostos de pessoas que aqui estão."

Portanto, este acontecimento é histórico, e o dia 5 de agosto vai ser gravado na nossa história, no Brasil, a partir de então, como o Dia Nacional da Saúde.

No dia 7 de abril já se comemora o Dia Mundial da Saúde, mas esse evento que culminou com a entrega desse grande abaixo-assinado do povo brasileiro pela saúde em favor do Sistema Único de Saúde vai consagrar esta data como o Dia Nacional da Saúde.

Gostaria de parabenizar a participação de todos os deputados desta Casa, de todas as instituições deste estado, de inúmeras organizações, entidades, Câmaras de Vereadores, prefeituras, de instituições que se engajaram nesse mutirão de coletas de assinaturas, porque Santa Catarina é um dos estados que mais contribuiu com esse grande abaixo-assinado.

Foram mais de 171 mil assinaturas de Santa Catarina, deputado Manoel Mota, deputado presidente Joares Ponticelli, e a nossa obrigação era um limite de 1% da população, de 40 a 45 mil assinaturas, no entanto, mais do que quadruplicamos a nossa cota.

Parabéns para o povo de nosso estado! Eu digo parabéns porque não é fácil, mesmo com a necessidade sentida da Saúde, coletar dois milhões de assinaturas neste imenso Brasil. Não foi fácil. E dentre os mais de quatro milhões de eleitores que há no estado de Santa Catarina, 171 mil catarinenses subscreveram este abaixo-assinado do projeto de lei de iniciativa popular.

Portanto, considero um momento histórico e uma data que ficará gravada no calendário do nosso Brasil.

Ora, com as assinaturas entregues, o projeto de lei de iniciativa popular começará a tramitar no Congresso Nacional. Inicialmente, deputado Jorge Teixeira, v.exa. que também é médico, esse projeto vai tramitar na Câmara dos Deputados, e pela importância que tem e por causa dos apelos feitos pelas instituições nacionais, a sua tramitação será célere e em caráter de urgência urgentíssima.

O presidente da Câmara dos Deputados se comprometeu nesse sentido, como os parlamentares federais que estavam lá presentes, desde o deputado Décio Lima, presidente da Comissão de Constituição e Justiça, da Câmara Federal, até o deputado Rosinha da Adefal, que é meu colega, nos formamos juntos médicos, em Curitiba. Depois, por coincidência, ele também se especializou em pediatria como eu e seguiu esse caminho de vereador, deputado, e hoje é presidente da comissão de Seguridade Social, da Câmara dos Deputados, que reúne a Saúde, a Previdência Social e a Assistência Social, hipotecando também o apoio a toda celeridade que será dada ao projeto.

Tenho certeza de que até o final deste ano, deputado José Milton Scheffer, v.exa., que estava presente, sentirá o calor e o clamor do povo que representava lá o Brasil. Também os compromissos assumidos pelos parlamentares, que até ao final deste ano teremos esse projeto aprovado, para que a Saúde possa ter esse acréscimo de recursos financeiros, ou seja, o seu financiamento.

Eu sempre disse que a Saúde, que depende do SUS, possui quatro pilares fundamentais na sua gestão, gerenciamento. Portanto, não é somente dinheiro. Temos que melhorar e modernizar outros aspectos; os recursos humanos têm que ser considerados e valorizados, como o controle social, através dos conselhos municipais, estaduais e nacionais, e também o financiamento. Há um subfinanciamento hoje e precisamos considerar esse pilar fundamental da Saúde, do SUS.

Portanto, esse projeto de lei de iniciativa popular obrigando a união a aplicar no mínimo 10% dos impostos arrecadados em saúde vai ajudar, com certeza, a ampliar os recursos da união para a saúde, compartilhados com os estados e com os municípios.

Mas quero, mais uma vez, lembrar também e dizer que não podemos ficar somente no pilar da doença. Precisamos avançar para a promoção da saúde, para a educação em saúde, para a prevenção em saúde, porque enquanto ficarmos apenas no

sistema da doença ou da sua reabilitação nunca haverá dinheiro suficiente, sempre estaremos correndo atrás para alcançar o próprio rabo, que é impossível. Portanto, será sempre um poço sem fundo. Precisamos investir mais em educação e em promoção da saúde.

Coloco aqui um simples exemplo para poder justificar o que estou falando. Se eu pegar, por exemplo, dentre as quatro principais doenças: câncer, diabetes, as doenças cardiovasculares e até as respiratórias crônicas, a base dessas doenças está no problema da alimentação.

Então, se não trabalharmos na prevenção, através de um grande programa de educação e saúde, em uma alimentação saudável, em uma atividade física, jamais conseguiremos ter financiamento suficiente para a saúde.

Portanto, ao entregar ao Programa Saúde Mais Dez mais de dois milhões de assinatura do povo brasileiro, daremos um grande passo para resolver um problema mais imediato do subfinanciamento.

Muito obrigado!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Joares Ponticelli) - Obrigado, deputado Volnei Morastoni.

Com a palavra a próxima oradora inscrita, deputada Ana Paula Lima.

A SRA. DEPUTADA ANA PAULA LIMA - Muito obrigada, sr. presidente. Quero agradecer ao deputado Sargento Amauri Soares pela gentileza de ter invertido a ordem dos pronunciamentos.

Srs. deputados, sras. deputadas, público catarinense, tive a oportunidade de estar presente em dois grandes eventos na semana passada, um deles na capital do estado de Santa Catarina, juntamente com a ministra Miriam Belchior, com o ministro do Turismo, Gastão de Dias Vieira, com a ministra Ideli Salvatti, quando fizemos uma reunião com prefeitos e prefeitas do nosso estado para a entrega de equipamentos, retroescavadeiras, que era uma promessa da presidenta Dilma Rousseff, sendo isso viabilizado na última sexta-feira, dia 2 de agosto.

O outro evento foi no município de Tubarão, em que foi feita a entrega de máquinas aos municípios da região sul; no sábado pela manhã foi feita para o alto vale do Itajaí, no município de Rio do Sul; e na próxima sexta-feira será feita a entrega das máquinas para a região serrana, no município de Lages, contemplando toda a região. Esse é um compromisso da presidente Dilma Rousseff com os prefeitos e prefeitas do estado de Santa Catarina, como também é promessa que sejam adquiridas mais uma moto niveladora e um caminhão caçamba. Digo isso porque realmente foi um belo exemplo, em que prefeitos e prefeitas contemplaram essa ação do governo federal.

Mas minha vinda à tribuna, na tarde desta terça-feira, é para falar das notícias que já foram divulgadas, em nível nacional, pelas TVs, pelos jornais de todo o nosso país, em que o Brasil hoje vive uma mudança espetacular na qualidade de vida com a distribuição de renda e também com a educação entre o ano de 2000 e 2010.

(Passa a ler.)

“Os desafios pela frente ainda são grandes, durante esse tempo foram significativos os avanços que tivemos de conquistas que mostram que o país caminha no rumo certo.

Os dados que referendam essas afirmações estão no *Atlas de Desenvolvimento Humano no Brasil*, lançado na semana passada em Brasília pelo PNUD - Programa das Nações Unidas Para o Desenvolvimento. E esse Atlas mostra quem em 1991 85% dos municípios brasileiros estavam com o IDH muito baixo. E em 19 anos esse número caiu para 0,6%. Quer dizer, de 85% para 0,6% é uma mudança espetacular.

Na coloração dos mapas (que a assessoria colocou aqui na tela) podemos ver isso de forma muito clara. Houve uma mudança de cor dos mapas nesses 20 anos, com a cor mais forte nos municípios mais pobres. No comparativo do IDH dos municípios brasileiros, em 2000 e em 2010 notamos uma melhora extraordinária da vida dos brasileiros e das brasileiras. Como chegamos a esse índice tão alto?

Essas novas tabulações do IPEA apresentam dados que ajudam a entender as forças que agiram de fato para a queda da desigualdade evidenciada no Atlas, no PNUD. Alguns deles vou elencar para v.exas. O rendimento domiciliar per capita de cada membro da família cresceu 63% acima da inflação na média dos 5.565 municípios brasileiros, entre 2000 e 2010.

No ciclo de governo do PT, quatro em cada cinco dos municípios brasileiros, 80% do total, viram diminuir a igualdade de renda entre os seus habitantes. O fato é mais relevante porque reverteu uma tendência histórica. Qual é essa tendência? A do aumento da desigualdade em 58% das cidades brasileiras na época de 90, quando o PSDB governava o nosso país.

De acordo com o Ipea, o rendimento médio dos 10% mais ricos cresceu 60%, na média de todos os municípios entre 2000 e 2010. Mas a renda dos 20% mais pobres em cada município cresceu quase quatro vezes mais rápido, então, 217% no período. A distância que separava o topo da base recuou quase um terço em dez anos.

O aumento de renda obtido no trabalho é o protagonista (essa foi uma campanha significativa do presidente Lula) da queda da desigualdade dos municípios. A oferta de emprego, a oferta de trabalho entre os anos de 2000 e 2010 é responsável por 58% da redução, segundo o presidente do Ipea, Marcelo Neri. Outros 13% podem ser atribuídos ao Bolsa Família. Em outras palavras, o Bolsa Família leva o Oscar de coadjuvante, brinca o pesquisador. Mas é um coadjuvante de peso. Sem as políticas de transferência de renda, a desigualdade teria caído 36% menos, afirma o estudo. No figurino do protagonista estão aumentos reais do salário mínimo e formalização do emprego.

Como o IDH é uma medida sintética, ele reflete educação, saúde e renda. Na verdade, ele congrega todo o conjunto de ações públicas da sociedade e sintetiza todas as transformações humanas dos 20 últimos anos. Os avanços que mais chamam a atenção são os dados da expectativa de vida nesses 19

anos: os brasileiros estão vivendo nove anos a mais, em média.”

O município catarinense que tem esse real significado é o município de Brusque, governado hoje pelo Partido dos Trabalhadores através do prefeito Paulo Eccel.

(Continua a ler.)

“Isso se deve à queda da mortalidade infantil, que é a grande conquista da última década: ela caiu 46% por causa da melhoria do acesso a serviços médicos e à constituição do SUS, entre outras coisas.

Houve um aumento na renda, durante a última década, de R\$ 227,00 por brasileiro. Saiu de R\$ 550,00 para R\$ 767,00, segundo o IBGE.

A mensagem que tiramos desse período é que o Brasil, até 1980, era o segundo país em crescimento econômico no mundo, mas os indicadores sociais ficaram para trás. Nesse período de 1991 a 2010, houve um crescimento da renda das pessoas até maior do que o do PIB. Em particular, nos últimos dez anos. Os indicadores sociais estão para o Brasil como o crescimento econômico está para a China, nesse período. Estamos recuperando o terreno perdido.

Esses são os dados do Brasil relativos a 2010. E não tenho dúvida de que o Brasil continua avançando e melhorando ainda mais a vida da nossa população. Apesar de o PIB não ter tido nesses dois últimos anos uma expansão como teve entre 2004 e 2010, a renda das pessoas, o ganho trabalhista e a geração de empregos formais avançaram bastante. Esses dados não são do governo brasileiro, são das Nações Unidas e provam que o Brasil está no rumo certo.

Vejo muita gente criticando o governo federal, criticando a presidenta Dilma Rousseff. Os que criticam são os mesmos que levaram o povo à miséria e ao desemprego.

Hoje o Brasil se distancia daqueles tempos. Confio na sabedoria do povo brasileiro. O povo, mais do que ninguém, sabe reconhecer àqueles que têm compromisso com a sua gente, com a vida e a cidadania.”

Por isso esses dados elencados nesta tarde proclamados pela imprensa sobre o aumento do IDH se devem realmente às ações do governo federal em prol dos brasileiros e brasileiras.

Muito obrigada!

(SEM REVISÃO DA ORADORA)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Joares Ponticelli)  
- Com a palavra o próximo orador inscrito, deputado Sargento Amauri Soares, por dez minutos.

O SR. DEPUTADO SARGENTO AMAURI SOARES - Sr. presidente, srs. deputados, quero abordar um assunto que também foi abordado pelo deputado Volnei Morastoni em outro foco, que é a questão sobre a saúde pública.

Quero parabenizar o deputado Volnei Morastoni e o movimento de Santa Catarina em Defesa da Saúde pela atividade que realizaram, ontem, em Brasília.

Nós também consideramos necessários mais recursos para a saúde brasileira. No entanto, temos algumas observações para a saúde pública do povo brasileiro, porque o que temos no Brasil, e isso não dá para deixar de constatar, que está abatendo aos olhos é um processo cada vez maior de privatização do serviço de saúde, e não se aceita que se use essa palavra.

A minha fala hoje é sobre a questão da transferência de recursos públicos, de estabelecimentos públicos de saúde para organizações sociais e entidades privadas. Tem esse nome bonito de organização social, a expressão vem lá da época do Bresser Pereira, mas não passa de grupos empresariais, de grupos privados administrando recurso público, administrando a coisa pública, aquilo que, a nosso ver, é inclusive inconstitucional.

Infelizmente, existe lei federal e leis estaduais regendo isso, pois na nossa compreensão essas leis contrapõem à própria Constituição Federal e o próprio governo federal, da presidente Dilma Rousseff, assim como o ex-presidente Lula, não analisou, não levou em consideração a necessidade de revogação da Lei das Organizações Sociais.

O jornal *Diário Catarinense* de hoje, na página três, na coluna de Rafael Martini, traz uma nota sobre a secretária Tânia Eberhardt, atual secretária da Saúde, de que ela teria se reunido com representantes da Organização Social que administra o hospital de Araranguá e o Samu e identificado duas situações nas OSS de Santa Catarina.

A primeira situação: o governo do estado, o poder público não pode prescindir, não pode abrir mão da administração porque senão a burocracia engessaria o Sistema Público de Saúde estadual. E a segunda situação é que as Organizações Sociais precisam de mais dinheiro, os contratos precisam ser reajustados. Essa é uma notícia.

A outra notícia é da semana passada: a privatização do Hospital Florianópolis. Há quatro anos ou mais o Hospital Florianópolis está fechado para reforma. Começaram uma reforma, depois de acabar essa primeira reforma, reformaram a parte de baixo, depois passaram a reformar por inteiro aquilo que já estava reformado. Enfim, há quatro anos que o Hospital Florianópolis não funciona, ou melhor, tem funcionado uma emergência precária, improvisada nos fundos, porque é um hospital que há servidores federais que não estão subordinados às determinações da secretaria estadual da Saúde, do governo do estado e por isso não foram transferidos. Então, ficaram lá aqueles servidores e garantiram na marra a continuidade do funcionamento da emergência. Mas o hospital como um todo está fechado há quatro anos.

Essa reforma não vai para frente! Eu mesmo estava acompanhando, como v.exa., esse trabalho há mais de dois anos fazendo visitas ao hospital para ver em que patamar estava a reforma.

O governo lançou, nos últimos meses, o edital de licitação para entregar o Hospital Florianópolis a uma organização social, mas a comunidade, as organizações populares se contrapunham a isso. Como há movimento e autoridades dentro do Ministério Público, pois também pensam que isso é inconstitucional, a ação na Justiça ganhou a liminar para suspender a

licitação de privatização do Hospital Florianópolis.

Eu queria chamar a atenção de v.exa., deputado Volnei Morastoni, para essa questão. Na quinta-feira à noite, o Tribunal de Justiça de Santa Catarina derrubou a liminar que impedia a continuidade do processo de privatização do HF. No dia seguinte, dia 2, pela manhã, estava o governador em pessoa, com o secretário da Fazenda e a secretária Tânia Eberhardt, visitando o Hospital Florianópolis, garantindo, diante da imprensa, que agora seria concluída a sua reforma.

Eu diria que faltou sensibilidade política por parte do governo, porque essa forma de ter ido visitar o hospital no dia seguinte, imediatamente algumas horas depois de o TJ derrubar a liminar, impedindo a transferência para a organização social, que no meu modo de ver foi um pedido de privatização, para dizer que a reforma seria concluída e o hospital reaberto, parece-me uma confissão de que prefere deixar fechado o hospital do que aberto, para que ele próprio possa administrá-lo. O governo somente quer que exista o Hospital Florianópolis se for entregue para uma organização social.

A lógica das privatizações no estado, no serviço de saúde, é que tem destruído a saúde pública no estado de Santa Catarina, e tenho falado sobre isso desde o ano passado. O governador não quer que haja mais notícia negativa sobre a saúde pública do estado, faz meia volta naquela sua ideia errada de transferir todos os hospitais para organizações sociais privadas. Existe uma máfia nacional parasitando recursos públicos da área da saúde.

Os grandes meios de comunicação, em nível nacional, têm feito matérias, inclusive extensas, mostrando a quantidade e o volume de picaretagem que existe na área da saúde, por conta de organizações sociais. No estado de Santa Catarina, a grande imprensa tem noticiado a situação dos serviços móveis de saúde, o Samu, que é contra inclusive à determinação judicial de o governo manter a sua administração por uma organização

social, a SPDM, que também administra o hospital de Araranguá. É uma organização nacional, está em São Paulo, aliás, três hospitais paulistas foram levados praticamente à falência por essa organização social.

E o governo, ao invés de refletir a respeito dessa questão, porque a saúde parou de funcionar e a andar para trás no estado catarinense, tem como lógica de gerência entregar o hospital, que é uma lógica que confessa de imediato que é incompetente para administrar hospitais. Como pode uma sociedade tão inteligente admitir que um administrador público diga que somos incompetentes para administrar a estrutura de saúde pública?! E continua a dizer isso. Inclusive no *Diário Catarinense* de hoje a secretária disse novamente o seguinte: "Nós somos incompetentes para administrar os hospitais públicos, para administrar o Samu".

Por isso precisamos de um grupo privado que faça o serviço. A burocracia não se planeja para funcionar. E, repito aqui, planejamento feito em saúde pública em Santa Catarina é para que não funcione ou, até melhor, para que funcione noutra lógica. Qual lógica? A lógica de que vamos repassar recursos para um grupo privado que irá administrar em nosso nome. Essa política está enfraquecendo o serviço público em Santa Catarina, aliás, em todos os estados da Federação e nos municípios que tenham adotado essa postura.

É preciso esperar mais dez anos, 20 anos para irmos à total falência, ao caos, para que a sociedade perceba isso e que as autoridades políticas se posicionam de forma diferente. O governador, a meu ver, junto com outras autoridades, foi lá elogiar, aplaudir a derrubada da liminar que permite que seja vendido o Hospital Florianópolis. E quando o governador diz que agora a obra vai sair, que vão terminar a reforma, é preciso ser claro que está gastando milhões para fazer a reforma e entregar na semana que vem, na hora que der certo, na hora que conseguir. Segundo o jornal, em um mês ele quer resolver isso.

Eu preciso ainda, e farei outro dia, da demonstração em números de que as metas estabelecidas nesses contratos de gestões são metas que garantem que se pode comprovar o abandono da população, porque as metas são ínfimas diante daquilo que se faz hoje através da administração direta no serviço público. Mas teremos que voltar a falar sobre esse tema em outro dia.

Muito obrigado!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Joares Ponticelli)  
- Muito obrigado, deputado.

Com a palavra o sr. deputado Antônio Aguiar, por até dez minutos.

O SR. DEPUTADO ANTÔNIO AGUIAR - Sr. presidente da Assembleia Legislativa, sras. deputadas e srs. deputados, gostaria de referir sobre um importante evento que aconteceu, na tarde de hoje, nesta capital, Florianópolis: a posse do Conselho Estadual de Educação.

Quero parabenizar o secretário Eduardo Deschamps; o presidente do Conselho Estadual de educação, Maurício Pereira; o vice-presidente, Gerson, e todos os conselheiros pela sua importância como pensadores, pela sua importância de fazer com que a educação de Santa Catarina seja uma das melhores do Brasil, que tem no seu bojo a maior inteligência educacional do estado, sem dúvida nenhuma, e até do Brasil; conselheiros competentes, conselheiros com o espírito de sabedoria na educação.

Muito se falou sobre o aluno e sobre o professor e, pelo que foi dito, também demos a nossa contribuição. Nós queremos que a professora e o aluno tenham uma integração, uma confiança entre eles, para que a professora possa transmitir seus conhecimentos aos seus alunos e ser aceita por eles, encaminhando as nossas crianças, os nossos alunos para a vida do bem. A vida do bem é a vida familiar que nós vivemos, é a vida correta, é a vida sem percalços. Por isso que é muito importante a educação.

Falaram sobre as 20 metas nacionais que estão sendo tratadas em nível de governo federal. Não precisamos falar para v.exas. sobre a credibilidade para a realização dessas 20 metas. Mas queremos dizer que acreditamos na educação e esperamos que esse conselho estadual exerça sua influência e a sua sabedoria, a sua competência, a sua responsabilidade com força na educação, para que possamos ter, sim, uma grande educação no estado de Santa Catarina.

Mas vivemos um grande momento no município de Canoinhas ao sermos contemplados pela Casan com o convênio no valor de R\$ 20 milhões, a fim de que seja feito o esgotamento sanitário. Em Canoinhas, não há nenhum metro de esgoto sanitário. Esperamos mais de 30 anos esse convênio feito com a Casan para agora serem iniciadas as obras de um convênio de R\$ 20 milhões. Portanto, é mais do que justo o valor desse convênio.

Então, queremos aqui parabenizar o presidente da Casan, Dalirio Beber, o nosso governador, Raimundo Colombo e o vice-governador, Eduardo Pinho Moreira, pelo seu trabalho, pela sua dedicação em prol desse importante investimento que é o esgoto sanitário.

Sabemos que 4% desses R\$ 20 milhões já é a economia que iremos ter na saúde. Se bem que Canoinhas tem um longo caminho, um caminho de 20 anos para o investimento de R\$ 100 milhões para a conclusão do seu esgoto sanitário. Esperamos que pelo menos 80% dessas obras sejam realizadas.

Eu vou relatar também a importância que a educação do município de Canoinhas está tendo para o nosso estado, porque foi nomeado agora o segundo professor indicado para ser secretário de Desenvolvimento Regional no estado de Santa Catarina, o professor Flávio, que é natural de Canoinhas, e se a moda pegar teremos vários secretários do nosso município em Florianópolis. Parabéns ao professor Flávio que está assumindo a SDR da Grande Florianópolis.

Mas quero destacar também a importância da saúde em nosso estado, o que já foi falado nesta tribuna hoje pelo deputado Sargento Amauri Soares.

Sabemos que a área da saúde é muito complicada, que ela não se faz somente com discursos e com ações de tabela, mas sim com ações interativas, com ações diretas. Eu me refiro ao importante debate político que aconteceu ontem na Associação dos Médicos, em que estavam presentes o presidente, o médico Agnel, o deputado Luiz Henrique Mandetta, o deputado Jorginho Melo, o deputado Jailson Lima e também este deputado, juntamente com outros deputados e médicos.

Nesse encontro foram debatidos vários assuntos sobre a saúde em nosso estado e tivemos como resposta do deputado Luiz Henrique Mandetta que os governadores e os prefeitos não são responsáveis diretos pela saúde, que todos estão sendo enganados e que a saúde do país e dos nossos estados é responsabilidade da presidente Dilma Rousseff, do governo federal, que não repassa a sua parcela de investimento para a saúde da sociedade brasileira.

Os 10% de arrecadação que devem ser disponibilizados pelo governo federal para a saúde é uma tentativa para premiar a nossa saúde. Mas quero dizer aos catarinenses que a Saúde precisa de investimentos, os quais devem vir do governo federal. Os médicos são responsáveis pela saúde, sim, mas não responsáveis políticos, a responsabilidade dos médicos é técnica. Não queira o governo federal incutir nos médicos a responsabilidade política da saúde. Se a saúde não vai bem, não é por culpa dos médicos e sim do governo federal que não repassa as devidas verbas para os estados.

E, por falar em verbas para os estados, o governo federal está arrecadando mais ainda, pois 72% da arrecadação dos estados estão indo para o governo federal. E o que vai acontecer? Vamos quebrar as prefeituras, vamos quebrar o setor público se não houver uma reforma política muito importante em Brasília.

Nós somos a favor da reforma política! Somos a favor da revalidação dos médicos, e todos os médicos do exterior podem vir trabalhar no Brasil, desde que façam a prova da revalidação, pois isto

significa que vão estar aptos para atender a nossa comunidade.

Não somos contra a vinda desses médicos. Nós somos contra é à vinda indiscriminada desses médicos para o nosso país sem a revalidação.

Queremos médicos responsáveis, que atendam bem a nossa população. Por isso existe uma lei que deve ser cumprida. A presidente Dilma Rousseff está descumprindo a lei e fazendo com que uma medida provisória se faça presente - e ainda não foi retirada a medida provisória dizendo que os médicos não têm que fazer o concurso de revalidação do seu diploma.

Portanto, temos certeza de que os nossos médicos estão aptos a atender a nossa população cada vez mais com o seu trabalho, com as residências médicas. Somos a favor, sim, de que não somente os alunos do curso de Medicina, mas todos os alunos que frequentam universidades federais, deem a sua contribuição à sociedade. Somos a favor disso, sim, mas não somos a favor de que os alunos das entidades privadas, que já pagaram a sua conta, sejam incluídos e também tenham que pagar a conta com a sociedade, uma vez que o governo federal não pagou a conta da sua universidade e eles mesmo a pagaram.

Então, essas posições vão ao encontro do grande debate que tivemos ontem, que tratou também sobre o reajuste da tabela do SUS. O dr. Murilo Capella, vice-presidente nacional da Sociedade Brasileira de Medicina, falou muito bem sobre as cirurgias encalhadas, as cirurgias que não são resolvidas. E por que isso acontece? Porque o governo federal paga mal os médicos, o governo federal não tem interesse de que os médicos operem. Então, tem que haver o reajuste da tabela do SUS!

Era isto o que tinha a dizer, sr. presidente!  
Muito obrigado!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Joares Ponticelli)  
- Muito obrigado, deputado Antônio Aguiar.

Não havendo mais oradores inscritos, livre a palavra a todos os srs. deputados.

(Pausa)

Não havendo quem queira fazer uso da palavra, esta Presidência, antes de encerrar a presente sessão, gostaria de convidá-los para o ato alusivo à comemoração dos nove anos do Programa Antonieta de Barros hoje, às 19h.

Encerramos a presente sessão convocando outra, ordinária, para amanhã, à hora regimental, com a seguinte Ordem do Dia: matérias em condições regimentais de serem apreciadas pelo Plenário.

Está encerrada a sessão.

